

**SECA SELETIVA E RELAÇÕES SEMIFEUDAIS NO NORTE DE MINAS  
GERAIS – BRASIL**

**Luís Eduardo Maia Mallet**

Universidade Federal do Amazonas

luismgeo@hotmail.com

**Pedro Carvalho Costa**

Unimontes (Universidade Estadual de Montes Claros) e UFMG (Universidade Federal  
de Minas Gerais)

pdcarvalhocosta@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

O Norte de Minas, embora se situe na região Sudeste do Brasil, é tido por alguns pesquisadores, como descreve Oliveira (1998), por uma contextualização geográfica, como da sua inserção no polígono das secas, como o Estado mais pobre do Nordeste. Diversos são os fatores que fazem com que essa região se enquadre como de grande pobreza dentro dos parâmetros de avaliação, assimilam à seca como um dos grandes fatores geradores de pobreza, mas, quando se avalia de forma mais profunda esta questão, evidencia-se os impactos às classes mais empobrecidas, principalmente a campesina, conquanto para a grande parte de latifundiários e aristocratas regionais, a seca é sabida, mas não vivida.

Está na seca seletiva um dos fatores que demonstra relações semifeudais no Norte de Minas, este fenômeno não é natural, não é a determinístico e muito menos possui explicações através de análises climatometeorológicas, mas pode ser identificada se aprofundar no histórico do uso e ocupação do espaço norte mineiro, que está arraigado

secularmente em bases do poderio latifundiário, através da irrisória divisão de territórios, ou seja, de terra e poder.

Cabe destacar também que os objetos de análise, como tudo no espaço, estão em constante transformação; paisagens, relações, interesses, produtividade, modernização, índices, etc. Ou seja, a realidade de décadas não é a mesma de hoje, que não será a mesma de daqui alguns anos. Porém, quando se analisa as estruturas, é perceptível que o ritmo de mudança é lento, e que, quando Alberto Passos Guimarães destaca o Brasil sob a ótica dos quatro séculos de latifúndio, é perceptível que os séculos só tendem a aumentar, enquanto não existir um movimento de ruptura com o atual modelo socioeconômico brasileiro, da semifeudalidade, o sistema latifundiário prevalecerá sobre a justiça social.

A associação entre a categoria *semiárido* ao fenômeno da *seca* é resultado da construção de um imaginário coletivo e está fortemente ligado aos processos históricos da formação da identidade brasileira. A atribuição deste conjunto de ideias é sintetizada pelo sinônimo de Nordeste, que mesmo sendo um espaço repleto de paisagens e territórios heterogêneos, é visto e retratado por diferentes formas de comunicação em modelos pejorativos e, em sua imensa maioria, distorcidos. Assim, os pressupostos efeitos da seca servem de explicação, justificativa e causa dos baixos níveis de desenvolvimento social conferidos em municípios inseridos no Polígono da Seca, das motivações de números elevados de imigrantes destes locais para centros urbanos e industriais.

## 2 – OBJETIVOS

Objetiva-se então, neste estudo, diagnosticar e analisar as formas de relações políticas, econômicas, culturais e socioambientais sobre o território Norte Mineiro, entrando na discussão sobre a existência de cognições capitalistas e pré-capitalistas. Dentro de todas essas relações, objetiva-se caracterizar os traços semifeudais, que se demonstram das mais diversas formas, que aqui também serão apresentadas.

Objetiva-se também trabalhar a ideia de seca seletiva e suas nuances geográficas, principalmente no Norte de Minas e, de uma forma mais geral, o Nordeste Brasileiro.

## 3 – METODOLOGIA

Como metodologia, a utilização do método do materialismo histórico dialético, em conjunto com uma coletânea de estudos acerca dos temas tratados e da área especializada, e pesquisas de campo. Foram calculados os níveis de concentração de terra através do Índice de Gini. Com os resultados e informações obtidos, foram utilizados mapas para aprimorar a visualização e análise dos dados.

#### 4- RESULTADOS PRELIMINARES

As imagens construídas da região Nordeste, ou a *invenção* do Nordeste é discutida por Albuquerque Júnior (1999), o qual demonstra que o Brasil foi tradicionalmente dividido entre Norte e Sul, onde o primeiro era retratado como atrasado, tradicional, pobre, e o segundo como civilizado, urbano, industrial. Esta subordinação do Norte para o Sul pode ser datada pelos efeitos da seca de 1877-79, na qual grande parte da população nordestina, principalmente a cearense, morreu pelos efeitos da fome, doenças e outros flagelos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999). Gomes (2001) descreve que as consequências deste fenômeno cujos afetados não foram assistidos pelo Império Brasileiro nas devidas proporções e em tempo hábil pode ter sido a causa da queda de Pedro II e assim a Proclamação da República. Este mesmo autor descreve esta e outras secas identificadas desde o século XVII sempre destacando os efeitos negativos para a população pobre, agregados, posseiros e outras categorias de trabalhadores rurais, mas não se percebe em suas descrições, por outro lado, estes mesmo efeitos para as elites locais, ao contrário disso: grandes fazendeiros comprando reses, e outras criações que morreriam de sede na mão dos pequenos produtores a preços baixíssimos. Albuquerque Júnior (1999) demonstra que a partir de então, a construção de imagens relacionadas ao Norte seguiram a linha do regionalismo e tradicionalismo, sendo reproduzidas pela literatura, pelas obras de arte, pela música, produção intelectual, etc. Alguns autores do início do século XIX se referiam ao Norte quanto aos seus aspectos geográficos deterministas ao atraso socioeconômico e obstáculo ao progresso: “o calor e a umidade geravam abatimento físico e intelectual, levando à superficialidade e ao nervosismo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999). A passagem do termo Norte para a construção do Nordeste enquanto unidade *imagético-discursiva*, a partir de sua gestão política, se pautou em três pilares: combate à seca; manutenção dos privilégios das elites e combate ao

messianismo e ao cangaço. A concretização desta gestão foi concretizada em ações estatais.

Silva (2003) aponta para dois paradigmas que guiaram diferentes formas de ação de programas públicos de desenvolvimento no Nordeste. O “combate à seca” foi uma ideia disseminada pelas elites nordestinas para convencimento da elite política brasileira a destinar investimentos massivos para a região. Estes investimentos eram concretizados em formas de ações emergenciais, fragmentadas, descontínuas, e alimentavam assim a já instituída “indústria da seca”, cujo objetivo não se propunha atender as demandas reais da população nordestina, mas sim favorecer latifundiários, empreiteiras e políticos locais. Silva (2003) discute também o segundo paradigma, formado mais recentemente por esforços políticos descentralizados, de baixo para cima, busca superar esses ideais conservadores buscando soluções inovadoras, acessíveis, sustentáveis, buscando equipar agricultores familiares com tecnologias sociais para captação, armazenamento e abastecimento hídrico, além de outras ações conjuntas para fortalecer os potenciais da atividade rural do semiárido. Contudo, apesar das redes de articulação de ONGs ganharem cada vez mais força no cenário político do semiárido, ainda assim, ações de combate à seca ainda estão fortemente presentes neste espaço, criando “ilhas de modernidade”, onde projetos de irrigação atendem as demandas do agronegócio, criando a imagem da chegada do progresso como verdadeiros oásis no deserto, assim como defende Gomes (2001) em suas projeções para o desenvolvimento do semiárido.

A primeira metade do século XIX é marcado pelo surgimento de grupos de cangaço e de messianismo no Nordeste. Facó (1963) analisa as causas destas insurgências do campo, caracterizando os sujeitos sociais, suas origens e objetivos. A forte onda de migrações de nordestinos motivada pela seca de 1877/79 e pelo crescente ciclo da borracha na Amazônia teve forte influência nas mudanças de percepção de trabalhadores rurais quanto às condições estruturais socioeconômicas de sua origem, que ao retornar para sua terra natal, passou – mesmo que minimamente – a questionar o modelo exploratório dos latifúndios do semiárido (FACÓ, 1963). O autor diz que, apesar das significantes diferenças entre os despertar do banditismo e do fanatismo, ambos têm como fundamento principal na rebeldia do sertanejo frente à forte repressão de grandes proprietários, ou, em suas próprias palavras: “em uma sociedade primitiva [...] em que o poder do grande proprietário era incontestável [...] o cangaceirismo representava um

passo à frente para emancipação dos pobres do campo” (FACÓ, 1963, pág. 43). E sobre os grupos fanáticos, continua o autor, cujo maior exemplo na história brasileira formou a vila de Canudos, registrada por Euclides da Cunha, o *monge* não tinha papel imposto na luta, senão como símbolo inspirador, ou seja, mesmo com sua morte, o grupo poderia continuar na luta pela conquista de terras. São, assim, as lutas dos fanáticos uma força emancipadora local (FACÓ, 1963).

Importante também destacar as contribuições de Josué de Castro (2010) quando analisa e reflete sobre a cultura alimentar brasileira. O autor, ao propor uma regionalização a partir da manifestação do fenômeno da fome, a classifica entre endêmica, epidêmica e de subnutrição. Para a área do Sertão do Nordeste, o autor identifica a forma epidêmica, ou seja, a fome surte em períodos de crises na produção local de alimentos, diferente por exemplo da região Amazônica e do Nordeste Açucareiro, onde este fenômeno é endêmico, e assim se manifesta constantemente. Em perspectiva crítica, Josué de Castro (2010) já descreve o clima do Sertão do Nordeste muito diferente da visão costumeira da época, a qual apresenta temperatura média elevada, associada a baixos graus de umidade do ar, dos mais baixos do país, “tornando o clima saudável, isento de inúmeras doenças tropicais”. O autor continua descrevendo a diversa e abundante capacidade produtiva de alimento presentes no semiárido, o que contraria a visão de escassez tão atribuída à região. Assim, a fome epidêmica seria um fenômeno desconectado do suposto fenômeno da seca. Nas palavras do autor:

Pelo Brasil afora se tem a ideia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão (Josué de Castro, 2010, pág. 242).

E para apontar as causas da fome, a politizando: “Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações” (Idem, *ibidem*). E dá direções pela busca da solução:

A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu

complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região (idem,ibidem, pág. 244).

É exatamente no contexto do que aqui chamamos de “Seca Seletiva” em que o conceito de semifeudalidade pode começar a ser aprofundando para o Nordeste Brasileiro e, aqui destacando, para o Norte de Minas Gerais. A semifeudalidade difere-se do feudalismo clássico europeu, onde as formas de relação ainda estavam na base de um pré-capitalismo. A semifeudalidade, no entanto, é uma forma de organização social onde existe a unidade dos contrários entre capitalismo e feudalismo, e o tipo de capitalismo que se desenvolve nesse tipo de sociedade, é definido por Guzman (1988, p. 46, tradução de ALMEIDA, AMORIM e PEREIRA, 2016, pág. 185).

[...] sobre uma base semifeudal e sob um domínio imperialista, desenvolve-se um capitalismo, um capitalismo tardio, um capitalismo que nasce amarrado a semifeudalidade e submetido ao domínio imperialista [...]. O capitalismo burocrático desenvolve-se ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, capitais formados [...], pelos grandes capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros; assim vai-se gerando o capitalismo burocrático preso [...], ao feudalismo, submetido ao imperialismo e monopolista, e isto tem que ser levado em conta, é monopolista. Este capitalismo, em certo momento da evolução, combina-se com o poder do Estado e utiliza os meios econômicos do Estado, o utiliza como alavanca econômica e este processo gera outra fração da grande burguesia, a burguesia burocrática; desta forma dar-se-á um desenvolvimento do capitalismo burocrático que já era monopolista e transforma-se por sua vez em estatal.

Este entendimento apontando por Abimael Guzman (1988) é importante para se traçar como se concentra as relações de semifeudalidade no Brasil, e aqui neste estudo, particularmente no Norte de Minas. A analogia entre domínio imperialista e base semifeudal, encontram-se de forma mais afluída no campo. É no campo onde os capitais monopolistas atuam de forma mais insólita e potente, pois é onde o Estado Brasileiro mais garante seu poderio, direta e indiretamente, ou seja, desde as relações onde os próprios tomadores de decisões estatais, que também são latifundiários, lucram com isso, até as formas o capital internacional lucra, através dos inúmeros créditos agrícolas, compra de maquinários, etc.

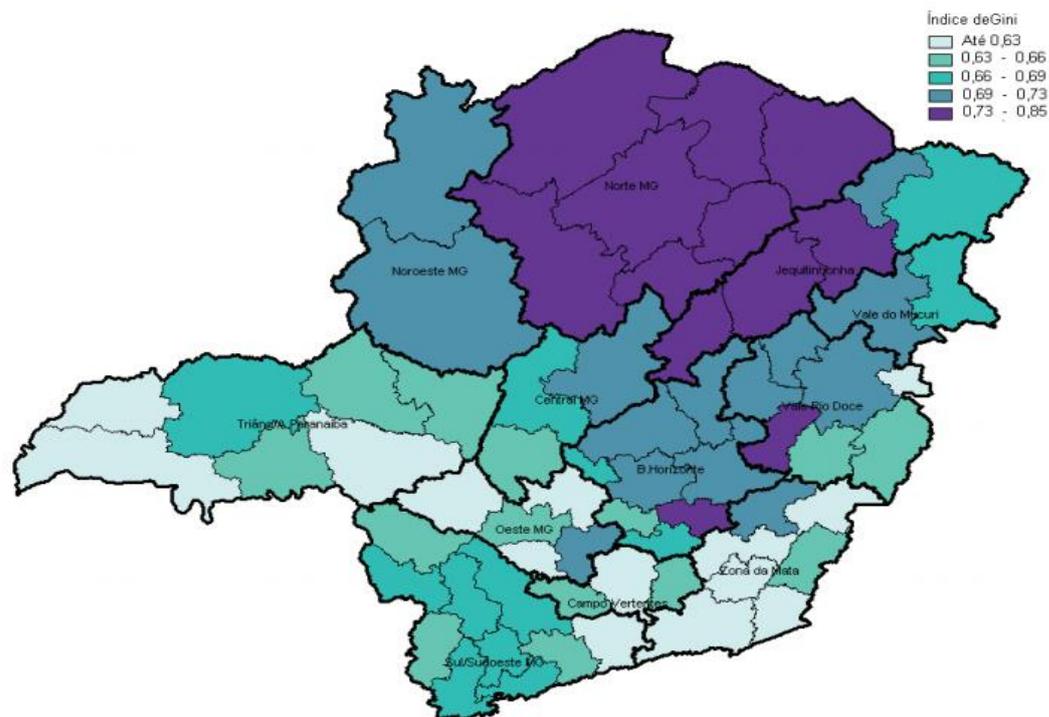
Para Prieto “O monopólio da terra se instalou aqui desde o início da colonização, e muitos intelectuais, até hoje colonizados, continuam negando seu atraso e a urgente necessidade de eliminação do sistema semifeudal, [...] para a verdadeira independência do país”. (PRIETO, 2008, p. 1). Ou seja, a semifeudalidade se insere justamente no período da colonização portuguesa e, até hoje, não findou. Josué de Castro corroborou com esta análise: “O que se verifica no Nordeste açucareiro é que a fome de que sofrem suas populações é produto exclusivo do seu tipo de organização econômica, da exploração econômica de tipo colonial, estabelecido sob o signo do feudalismo agrário em torno da monocultura do açúcar”. (CASTRO, 1967, pág. 54)

Prieto (2008) e Josué de Castro (1967) elucidam, de formas aqui diferentes (mas não antagônicas), a questão da semifeudalidade. Para Josué de Castro, a fome de uma população é produto da economia, não do clima seco; e a peça chave é que existia um tipo de trabalho rendoso na região (monocultura do açúcar) e, ao mesmo tempo, miséria. É a unidade dos contrários de uma mesma região, mas em territórios diferentes, pois enquanto os latifundiários detentores de terra e poder, viviam na abundância, para a maior parte da população, era fome, seca e miséria. E é justamente aí onde o diálogo de Prieto (2008) ganha notoriedade com a aferição de Josué de Castro (1967), pois até hoje existe, e muito, o monopólio da terra e do poder.

Uma análise, feita com mais profundidade do problema da terra no Nordeste, evidencia até que ponto a estrutura latifundiária, semifeudal e semicolonial se mantém viva e prepotente nesta área. Mesmo desfalcada de sua antiga força e de seu prestígio coloniais, mesmo abalada pelas interferências de outros poderes econômicos, o monopólio feudal da terra é ainda o pivô da vida econômica, política e social do Nordeste. (CASTRO, 1967, págs.. 175-176).

Concentração de terras essa, que tem aumentado nos últimos anos, inclusive durante o governo do PT (2003 – 2016). O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) aponta que, entre 2010 e 2014, seis milhões de hectares passaram para as mãos dos grandes proprietários e, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, as grandes propriedades privadas saltaram de 238 milhões para 244 milhões de hectares.

Em seguida, a conformação do Estado de Minas Gerais de acordo com o índice de Gini.



**FIGURA 1 – Configuração da distribuição de terras de Minas Gerais em 1996.**  
 Fonte: (ALCÂNTARA FILHO, FONTES e FONTES, 2009)

O índice de GINI é uma ferramenta de medição de concentração de alguma distribuição estatística, utilizamos aqui a distribuição da propriedade da terra em Minas Gerais. Na escala de classificação, 0 é nulo e 1 é totalmente concentrado. O resultado que temos e que se verifica, de forma nítida no mapa, que a concentração de terras para o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha são os mais altos, indo de 0,73 a 0,85, o que, para Câmara (1949) é tido como forte a muito forte (0,701 a 0,900 - Concentração Forte a Muito Forte). Em uma realidade onde se verifica uma grande quantidade de terras nas mãos de poucos, a semifeudalidade se faz presente. São imensos latifúndios e, conseqüente, senhores feudais, realizando o poderio e a governança regional, através da política, economia e cultural.

Conforme define Oliveira (1998), o Norte de Minas é o Estado mais pobre do Nordeste, frequentemente dispensado tanto pelo Estado de Minas Gerais quanto pelos Estados Nordestinos. O Norte Mineiro e o semiárido nordestino, apresenta condições climáticas aproximadas, como temperaturas elevadas, chuvas irregulares e concentradas em poucos meses do ano. Porém, o que poderia ser visto como uma região com

características próprias e com grandes possibilidades de se desenvolver economicamente, acaba sendo responsável por uma concentração desigual de terra e renda e água. Alia-se também a falta de um interesse estatal para com a região, de uma educação ainda não contextualizada, a e a ausência de políticas públicas efetivas. Fato intrigante para boa parte do Nordeste, especialmente nas regiões semiáridas, onde a presença do latifúndio mais ganha força. Conforme Santos, Schistek. Oberhofer (2007, pág. 23.), “cerca 90 % das famílias possuem menos de 100 hectares e destas 65% menos de 10 hectares tamanho absolutamente inviável para as condições climáticas”. Não há justiça na distribuição de terra, água e tecnologias e, aliado com o poderio de coronéis, demonstram a marca profunda da semifeudalidade.

A analogia de ser detentor de terra e, conseqüentemente de territórios, em geral, não caminha rumo a independência econômica do país, tal qual é a propaganda encontrada nos meios de comunicação para se referir ao Agronegócio como algo benéfico para a população (“AGRO é POP”). O Agronegócio tão mencionado hoje e tão querido nos grandes meios de comunicação, é a nova roupagem do sistema latifundiário, ou seja, semifeudal. Nelson Werneck Sodré, ao examinar de forma aprofundada as relações econômicas e históricas do Brasil, cita em um trecho: “a concentração de terras e o fenômeno do patriarcalismo que se desenvolve teriam formado laços de dependência entre senhores e escravos que se assemelhariam aos laços feudais de servidão”. (SODRÉ, 1990, p. 247-248). Ainda na mesma linha; “uma relação feudal define-se pelo laço de dependência que se estabelece entre dominante e dominado”. (SODRÉ, 1990, p. 247-248). A relação que aqui se descreve não poderia ser diferente senão do domínio do latifundiário sobre seus empregados, especialmente os camponeses.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho conclui o quanto os interesses das classes dominantes interferem diretamente na produção e na vida do povo norte mineiro. Esses interesses estão desde a escolha da destinação de recursos públicos e privados, até nas esferas parlamentares e jurídicas, demonstrando relações semifeudais, que se expande também para outras regiões do país.

Pode-se concluir que, historicamente, as condições climáticas, de temperatura e índices pluviométricos, do Nordeste (incluindo também o Norte de Minas), embora sejam diferenciadas da grande maioria do restante do Brasil, elas não são, de forma alguma, determinísticas para o desenvolvimento das forças produtivas e nem de qualquer plataforma econômica ou política que possa existir. O Norte Mineiro possui um histórico de predomínio do latifúndio muito forte e que, embora esteja se modernizando no que atribui as tecnologias agrícolas, ela não corresponde a um avanço na política de distribuição de terra, água e renda, pelo contrário, essa região está entre as mais desiguais do Brasil no quesito concentração fundiária.

Conclui-se também que a dependência do campesinato com os latifundiários nesta região, pode estar além de aspectos socioeconômicos e políticos, mas também culturais, como da religiosidade, medo e respeito para os coronéis. Mas que para afirmações e certezas, se necessita de estudos e reflexões mais aprofundadas.

#### 6- REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Massangana, São Paulo: Cortez, 1999.

ALCÂNTARA FILHO José Luiz.; FONTES, Rosa Maria Oliveira.; FONTES, Mauricio Paulo Ferreira. Evidências empíricas sobre a concentração de terras, o crescimento agropecuário e o uso de tecnologias em Minas Gerais a partir da hipótese de Kuznets. Seminário apresentado em Diamantina, Minas Gerais, 2008. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A051.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A051.pdf)>. Acesso em 18 de maio de 2017.

CÂMARA, L. A Concentração da Propriedade Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico. v.7, n.77, p.516-528, 1949.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. 10º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, Josué de. SETE PALMOS DE TERRA E UM CAIXÃO. São Paulo, Editora Brasiliense, 1967.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas. Editora Civilização Brasileira, 1963.

FARAH, Tatiana. Notícia do Jornal O Globo. São Paulo, janeiro de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053>>. Acesso em 20 de maio de 2017.

GOMES, Gustavo Maia. Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudança na economia do Semiárido e dos Cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. Sociedade e estado, v. 18, n. 1-2, p. 361-385, 2003.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de Latifúndio, 5ª ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

GUZMÁN, Abimael. Entrevista al presidente Gonzalo. Comitê Central do Partido Comunista del Perú, 1988. Disponível em: <[http://www.solrojo.org/pcp\\_doc/pcp\\_0688.htm](http://www.solrojo.org/pcp_doc/pcp_0688.htm)>. Acesso em 12 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. Norte de Minas o Estado mais pobre do Nordeste. Revista 21 - da Assembleia General de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1998. Disponível em: < [https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/periodicas/revistas/arquivos/pdfs/21/marcos21.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/revistas/arquivos/pdfs/21/marcos21.pdf) > Acesso em 10 de maio de 2017.

PRIETO, José Ricardo. Josué e as marcas profundas da semifeudalidade. Jornal A Nova Democracia, nº39, janeiro de 2008, <<http://www.anovademocracia.com.br/no-39/160-josue-e-as-marcas-profundas-da-semifeudalidade>> Acesso em 18 maio de 2017.



SANTOS, Cícero Felix dos.; SCHISTEK, Haroldo.; OBERHOFER, Maria. No Semi-árido, Viver é Aprender a Conviver. Versão Preliminar. 2007. Disponível em: <<http://www.irpaa.org/publicacoes/cartilhas/no-semiarido-viver-e-aprender-a-conviver.pdf>> Acesso em 18 de maio de 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, ed. Oficina de Livros, 1990.